

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL

AUTOR : DEPUTADO PEDRO HENRY e outros

Dá nova redação ao inciso XIII do art. 5º
, e XXIV do artigo 21, IX do art. 103 e XII do art.
109 da Constituição Federal e dá outras
providências.

Art. 1º Os incisos XIII, do artigo 5º e XXIV do artigo 21, IX do artigo 103 e XII do artigo 109 da Constituição Federal, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º

"XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, cabendo a fiscalização dessas atividades aos conselhos de profissões regulamentadas, respeitadas suas áreas específicas de atuação nos termos da lei;" **(NR)**

Art. 21

XXIV – organizar, manter e executar a inspeção do trabalho, ressalvada a competência dos conselhos de profissões regulamentadas, quando reguladas as atividades respectivas, nos termos da lei;" **(NR)**

Art. 103.....

IX – confederação sindical, entidade de classe de âmbito nacional e os conselhos federais de profissões regulamentadas;" **(NR)**

Art. 109

XII – as causas de interesse das profissões regulamentadas, ou que envolvam o interesse dos conselhos de profissões no âmbito de sua área específica de atuação, nos termos da lei, ressalvada a competência prevista no artigo 114 desta Constituição." **(NR)**

Art. 2º . Fica acrescido, no artigo 39, o § 9º, com a seguinte redação:

Art. 39

§ 9º Os servidores ocupantes de cargos nos conselhos de profissões regulamentadas têm relação de emprego regida Consolidação das Leis Trabalhistas, assegurado o regime de previdência de geral;

Art. 3º . Inclua-se um parágrafo, a ser numerado como § 2º, passado o atual parágrafo único para § 1º, no art. 149, da Constituição Federal:

Art. 149.....

§ 2º - Os conselhos federais de profissões regulamentadas, respeitada a previsão do **caput** deste artigo, poderão fixar suas contribuições no âmbito de suas áreas específicas de atuação.

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de emenda constitucional tem a finalidade de corrigir distorções levantadas no tocante ao efetivo papel dos conselhos de profissões regulamentadas no País.

O Estado não pode se privar do controle das profissões e da responsabilidade à proteção ao cidadão.

O Supremo Tribunal Federal suspendeu a eficácia do artigo 58, da Lei Federal n.º 9.649/98, que tentava alterar a personalidade jurídica dos conselhos de profissões regulamentadas.

Torna-se imperativo, portanto, que seja definida e delimitada a autonomia desses conselhos e a não vinculação dos mesmos à União Federal, ou à Administração Pública Direta ou Indireta, respeitando-se porém o seu papel fiscalizador e auxiliar do Estado no tocante ao exercício profissional.

